

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CAMPINAS E SEU COMPROMISSO COM A ATIVIDADE LÚDICA E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Catia Cristina Bevilaqua

Faculdade de Educação
Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
cacrbevilaqua@hotmail.com

Maria Silvia Pinto de Moura L. da Rocha

Qualidade de Ensino – Estudos em Avaliação
Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
silrocha@uol.com.br

Resumo: *Durante os anos de 2006-2007, foi realizada uma pesquisa na rede municipal de Campinas para acompanhar como a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos estava ocorrendo em 8 turmas de escolas municipais. Embora, oficialmente, o novo sistema de ensino pudesse ser implantado até o ano de 2010, já em 2006 a Secretaria de Educação em questão, decidiu adotá-lo. A realização desta pesquisa permitiu avaliar que as escolas estudadas enfrentaram grandes dificuldades para responder ao que propõe o governo federal como objetivos e currículo para os anos iniciais do novo modelo de Ensino Fundamental. Estas dificuldades foram identificadas, principalmente, em relação à garantia da presença e do enriquecimento da atividade de brincar nas práticas cotidianas (objeto de especial interesse em nosso estudo). A pesquisa foi realizada a partir do levantamento dos documentos oficiais disponíveis no site da Secretaria Municipal de Educação de Campinas, com especial interesse nas informações publicadas nos links “**Conselho Gestor de Avaliação**”, “**Organização do Trabalho Didático**” e “**Notícias da Educação**”; incluindo também o link “**Diário Oficial**” do site da Prefeitura Municipal de Campinas. Além disso, documentos produzidos pela Secretaria da Educação e pelo seu Departamento Pedagógico, não disponibilizados on-line, mas encaminhados às escolas municipais, também foram incorporados ao conjunto de materiais a serem analisados. E para complementação utilizamos uma pesquisa bibliográfica no site da “**Anped**” (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). A partir de seus resultados, identificamos poucos investimentos dos órgãos públicos do município para o preparo de seus professores, que não ofereceram as qualificações e nem as informações necessárias para a implementação do Ensino Fundamental de 9 anos. Além disso, vimos como esta mudança na educação brasileira tem sido pouco discutida em publicações científicas.*

Palavras-chave: ensino fundamental de nove anos; avaliação; atividade lúdica.

Área do Conhecimento: *Grande Área do Conhecimento : Educação. – Sub-Área do Conhecimento: Planejamento e Avaliação Educacional. – Modalidade Iniciação PIBIC-CNPq*

Introdução

A implantação do Ensino Fundamental de 9 anos, oficializada no Brasil a partir da promulgação da lei 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, com certeza impõe muitos desafios para as instituições escolares, as professoras, as crianças de 6 anos que passam a ser matriculadas mais cedo nas escolas, suas famílias e as autoridades da Educação. Estes desafios podem ter várias origens e delas queremos destacar a orientação do Ministério da Educação de que as escolas não devem organizar a vida escolar das crianças menores (as de 6 anos, matriculadas no primeiro ano) como uma antecipação da tradicional 1ª série. Orienta-se, nos documentos federais que apresentam as diretrizes para funcionamento do novo Ensino Fundamental [3,4,5,6] que devem haver mudanças importantes na cultura escolar, para não prejudicar o desenvolvimento integral destas crianças. Nestas mudanças, tem destaque nestes documentos, a importância de incluir atividades lúdicas como parte do currículo a ser oferecido para os alunos, principalmente nos anos iniciais. Exemplo desta orientação encontra-se a seguir:

o brincar como uma das prioridades de estudo nos espaços de debates pedagógicos, nos programas de formação continuada, nos tempos de planejamento; o brincar como uma expressão legítima e única da infância; o lúdico como um dos princípios para a prática pedagógica; a brincadeira nos tempos e espaços da escola e das salas de aula; a brincadeira como possibilidade para conhecer mais as crianças e as infâncias que constituem os anos/séries

iniciais do ensino fundamental de nove anos. (Brasil, 2006b, p. 11-12).

Durante os anos de 2006-2007, foi realizada uma pesquisa para acompanhar como esta implantação estava ocorrendo em 8 turmas de Ensino Fundamental de escolas municipais. Embora, oficialmente, o novo sistema de ensino pudesse ser implantado até o ano de 2010, já em 2006 a Secretaria de Educação de Campinas, município em que a pesquisa se desenvolveu, decidiu adotá-lo.

Como resultados desta pesquisa, foram apontados, mais especificamente, problemas e/ou lacunas nos modos como a Secretaria da Educação e o seu Departamento Pedagógico conduziram o processo de implementação do Ensino Fundamental de 9 anos na rede municipal no que se refere a: (i) a timidez de investimentos financeiros para suprir as escolas com recursos materiais necessários, (ii) falta de indicações claras sobre o que deveria - de fato - ser priorizado no currículo e nas práticas educacionais, (iii) o uso de procedimentos verticalizados de apresentação e imposição dos instrumentos de avaliação institucional e do desempenho escolar dos alunos e (iv) a valorização restrita, nestes instrumentos, aos âmbitos de letramento, alfabetização e matemática, e a não valorização de outras práticas educativas, entre elas as mais comprometidas com/promissoras para o desenvolvimento da capacidade de brincar. É exatamente com estes dois últimos pontos que se articula o presente artigo que tem, então, como objetos de discussão os instrumentos de **avaliação institucional e de desempenho escolar** adotados pela Secretaria de Educação do município de Campinas.

Metodologia

A pesquisa foi realizada a partir do levantamento dos documentos oficiais disponíveis no site da Secretaria Municipal de Educação de Campinas (localizado em <http://www.campinas.sp.gov.br/smenet/>), com especial interesse nas informações publicadas nos *links* **“Conselho Gestor de Avaliação”**[14], **“Organização do Trabalho Didático”** [13], **“Notícias da Educação”**[12] e **“Diário Oficial do Município de Campinas”** [15]. Além disso, documentos produzidos pela Secretaria da Educação e pelo seu Departamento Pedagógico, não disponibilizados *on-line*, mas encaminhados às escolas municipais, também foram incorporados ao conjunto de materiais a serem analisados.

RESULTADOS

A seguir, serão apresentados os resultados organizados segundo as fontes pesquisadas. Sendo assim, apresentaremos, primeiramente, os dados mais relevantes recolhidos no *link* **“Conselho Gestor de Avaliação”**, seguidos dos encontrados em **“Organização do Trabalho Didático”**. Os dados construídos a partir da pesquisa em **“Notícias da Educação”** e **“Diário Oficial do Município de Campinas”** serão apresentados de forma agrupada, já que os objetivos das buscas foram os mesmos. Finalizaremos a apresentação dos resultados pela análise dos documentos encaminhados às escolas.

1. Documentos Digitais

1.1 “Conselho Gestor de Avaliação”

O *link* **Conselho Gestor de Avaliação** é composto pelos seguintes tópicos: Histórico, Membros do Conselho, Agenda de Reuniões, Encaminhamentos, Legislação, Informes e Publicações

A finalidade deste Conselho é a de organizar e instalar um processo de avaliação para a rede municipal de Educação que permita ultrapassar a concepção de avaliação como *“mera medição do rendimento escolar – centrada no aluno”*. Sendo assim, uma das metas estabelecidas foi a construção de “metodologias alternativas de avaliação” para compor um sistema de avaliação de desempenho dos alunos de ensino fundamental e um sistema de avaliação institucional para a rede municipal de ensino.

Nos documentos acessados, estão informados dez princípios (formulados desde 2003) que devem orientar os trabalhos do Conselho e a implantação dos processos de avaliação (institucional e de desempenho). A leitura e análise destes princípios permitiram a construção do seguinte quadro:

Definição de avaliação	Objetivos da avaliação	Níveis de avaliação	Quem avalia	Destinatários dos resultados da avaliação
Processo de reflexão coletiva	Promover permanente crescimento dos processos educacionais e de seus resultados	Desempenho dos alunos	Avaliação do desempenho dos alunos ↓ professores	Primários: professores, alunos, especialistas e funcionários administrativos
	Promover reflexão local e melhoria da escola	Institucional	Avaliação institucional ↓ auto-avaliação avaliação baseada em pares (entre escolas) comunidade externa	Secundários: Pais, sociedade, empregadores, etc.
	Reunir informações e dados para alimentar e estimular a análise reflexiva das práticas	Sistema ou do conjunto da rede (Secretaria).	Avaliação da rede ou do conjunto do sistema ↓ responsabilidade do poder público	
	Dotar professores e alunos de capacidade crítica e criativa e de autonomia, pela participação no processo			

1. 2. “Organização do Trabalho Didático”

O documento “Organização do Trabalho Didático” é datado em 2006 e foi produzido pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação. É importante destacar deste documento as seguintes afirmações: (i) o reconhecimento de que são improdutivos os investimentos para implantação do sistema de Ciclos se não forem acompanhados de reflexões junto com os educadores, pois, sem isto, o mais provável é a geração de resistências e (ii) as reflexões sobre o sistema de Ciclos têm que incluir discussões sobre o sistema de avaliação.

São apresentadas, para fundamentar estas reflexões, quais devem ser as características de uma avaliação de aprendizagem dos alunos. Estas características estão sintetizadas no quadro a seguir

PERIODICIDADE	OBJETIVOS	USOS	CONSTRUÇÃO
Sondagem inicial	Descrição dos conhecimentos dos alunos	Organização das turmas	Coletiva Equipes escolares (gestão e professores)
Avaliações bimestrais ou trimestrais	Dar suporte para planejamento	Organização dos grupos de aprendizagem (até 4 grupos/turma)	
		Definição dos objetivos por alunos	
		Definição dos objetivos por grupos de aprendizagem	

Na leitura deste documento, chama a nossa atenção a frequência com que se usa os termos “coletivo”, “coletiva”, “coletivamente” (6 vezes, num texto equivalente a 2 páginas impressas). O texto indica que a responsabilidade na construção destes instrumentos deve ser compartilhada entre **todos** os protagonistas do sistema educacional. Os trechos a seguir, servem como exemplos desta posição:

“[é] necessário que haja na escola uma gestão democrática e a formação de um coletivo que problematize e organize o trabalho didático em seu âmbito”.

“O momento é de aceitar o desafio de investigar, estudar e buscar coletivamente caminhos para irmos construindo o novo dentro do velho sistema educacional”. (ênfase no texto original)

1. 3. “Notícias da Educação” e “Diário Oficial”

A pesquisa nestes links permitiu identificar investimentos na formação continuada dos professores em diferentes modalidades, nos anos de 2006, 2007 e 2008: **Capacitação, Conferências, Cursos, Encontros, Oficinas, Palestras, Seminários, Workshops**¹. A distribuição de frequência em cada uma delas encontra-se no gráfico a seguir:

¹ Optamos por excluir as informações sobre Exposições porque entendemos que elas não se adequam aos nossos objetivos.

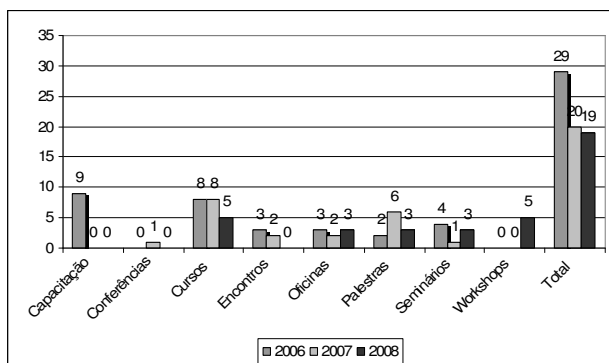


Gráfico 1. Frequência de cursos de formação para professores

De acordo com o gráfico nota-se a timidez (de nosso ponto de vista) de tratamento dado ao Ensino Fundamental de 9 anos. Encontramos notícias de terem sido oferecidas apenas 4 palestras sobre este tema. Além disso, é importante acrescentar a informação de que estas palestras foram dadas em 2007, ou seja, 2 anos após ter sido iniciada a implantação deste sistema na rede municipal de Educação.

2. Documentos encaminhados às escolas

2.1. “Diretrizes Curriculares para o Ensino de Língua Portuguesa no Ciclo I do Ensino Fundamental”

O texto apresenta-se dividido em 3 partes, sendo a primeira dedicada à apresentação dos fundamentos que orientam as diretrizes para o ensino de Língua Portuguesa, incluindo metas de aprendizagem para os 3 anos que compõem o Ciclo I de escolarização e critérios de avaliação da aprendizagem. As outras 2 partes apresentam as metas, conteúdos e sugestões de atividades para cada um dos anos do Ciclo I.

2.2. Ficha de Avaliação Descritiva

A ficha é composta por um cabeçalho com os dados da escola (nome, endereço, bairro, telefone e número de fax), dados sobre o ano letivo, semestre e turma aos quais as fichas específicas se referem, nome do aluno, data de nascimento, situação (promovido/retido) e o número de identificação do mesmo. Constam, ainda, da ficha, o número de aulas dadas até o momento de seu preenchimento e o total de faltas do aluno. A seguir, há um campo aberto, onde as professoras devem descrever suas avaliações

sobre o processo de desenvolvimento e aprendizagem de cada aluno. Este preenchimento é feito de forma cursiva. Seguem-se campos para assinaturas das professoras e dos responsáveis pelo/a aluno/a.

3. Análises dos resultados

Ao longo da pesquisa realizada foi possível destacar alguns aspectos positivos (do nosso ponto de vista) que foram discutidos em relação à avaliação institucional e de desempenho escolar que engloba não apenas o primeiro ano do Ensino Fundamental, mas todo o período de vida escolar dos alunos. As formas avaliativas de rendimentos escolares foram refletidas e discutidas pelo conselho Gestor de Avaliação, buscando assim, novos procedimentos e metodologias, superando os modelos tradicionais de avaliação – centrada no aluno.

Este novo método proposto prevê avaliações dos alunos de forma global e processual e não apenas por etapas – as provas.

Na teoria, a inovação no modelo avaliativo tinha como objetivo reunir informações e dados para alimentar e estimular a análise reflexiva das práticas educativas, além de dotar professores e alunos de capacidade crítica e criativa e de autonomia pela participação no processo, porém os resultados, muitas vezes, não são usados na prática como meios de melhoria e sim como meios de controle dos conteúdos dados em sala de aula e das escolas, dando prêmios para as melhores escolas e professores e punindo aqueles que não atingem a média estimada, proporcionando desânimo e medo, ao invés de ânimo e ajuda para os que necessitam.

4. Considerações Finais

O Ensino Fundamental de nove anos foi implantado em Campinas no ano de 2006 e só a partir do segundo semestre de 2007 é que a secretaria Municipal de Educação começa a oferecer qualificações a respeito, ou seja, durante todo o ano de 2006 os professores trabalharam com as crianças de 6 anos de idade, sem saberem ao certo o que estava acontecendo e o que deveriam de fato fazer.

Entendemos que o desenvolvimento da pesquisa foi relevante, assim como os resultados a que chegamos. Nossos argumentos sobre esta relevância têm um duplo sentido. Por um lado, pela importância das questões em análise, já que mudanças como a alteração do Ensino Fundamental e a inclusão de crian-

ças menores nas escolas são, sem dúvida, muito importantes. Por outro lado, porque esta mudança tem sido pouco discutida nas publicações científicas, até onde pudemos obter informações. Pesquisa bibliográfica no site da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), analisando artigos e pôsteres de 5 Grupos de Trabalho nas Reuniões Anuais de 2006, 2007 e 2008 mostrou que diante de um total de 390 trabalhos aparecem apenas 10 produções referentes ao novo sistema de ensino [1, 2,8,9,17,7,11,16,18]. Estes trabalhos não abordam a discussão que aqui propusemos, o que nos permite compreender que há contribuições importantes no que abordamos neste texto.

Para finalizar, é importante assumir que, ao mesmo tempo que consideramos que nossa pesquisa apresenta informações importantes para a compreensão dos temas abordados, o seu desenvolvimento permite a formulação de novas perguntas. Elas estão colocadas a seguir.

O pouco/ausente investimento nos Cursos, Oficinas, Palestras sobre os temas do Ensino Fundamental de 9 anos e processo de avaliação neste sistema, seriam decorrentes de entender-se como suficientes a organização democrática do Conselho Gestor, em que seus membros ocupam a posição de replicadores das discussões no Conselho para as unidades educacionais?

Quais serão as razões da desatualização dos *links*? Seriam resultado de se perceber que estes canais de comunicação não têm sido eficientes, nas relações com os professores? Haveria um número reduzido de acessos?

As respostas a estas perguntas só seriam encontradas através de entrevistas com representantes da Secretaria Municipal de Educação e/ou do Conselho Gestor de Avaliação, o que não foi possível realizar neste estudo.

5. Referências

- [1]AGUIAR, E.M.D.S. A Compreensão de Currículo e o Exercício da Docência. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO –ANPED, 31º, 2008. Poster. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/2poster/posteres12.htm>. Acesso em: 25 mar. 2009.
- [2]BRAGA, V.L.S. O Sistema de Avaliação Nacional da Educação Básica e os descaminhos para uma Proposta de Educação Escolar Indígena. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO –ANPED, 31º, 2008. Trabalho. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/trabalho07.htm>. Acesso em: 25 mar. 2009.
- [3]BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino Fundamental de Nove Anos. Orientações Gerais. Brasília, 2004a.
- [4]BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos. Relatório do Programa. Brasília, 2004b.
- [5]BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para a Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade. Brasília, 2006a.
- [6]BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos. Terceiro Relatório do Programa. Brasília, 2006b.
- [7]CORREA, Bianca Cristina. Crianças aos seis anos no ensino fundamental: desafios à garantia de direitos. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO –ANPED, 30º, 2007. Trabalho. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/index.htm>. Acesso em: 22 mar. 2009.
- [8]FOGAÇA, Mônica. Análise do Processo de Construção de um Currículo Pós-Crítico de Ciências por seus sujeitos. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO –ANPED, 31º, 2008. Trabalho. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/2poster/posteres12.htm>. Acesso em: 27 mar. 2009.
- [9]FULLGRAF, Jodete Bayer Gomes. Política Nacional de Educação Infantil no Brasil: uma Luta Contínua, uma Política Descontínua. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO –ANPED, 31º, 2008. Trabalho. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/trabalho07.htm>. Acesso em: 25 mar. 2009.
- [10]GUEDES, M.G.S. Livros Didáticos Católicos: o ensino religioso e a discriminação de religiões afro-descendentes. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

EDUCAÇÃO –ANPED, 31^o, 2008. Trabalho.
Disponível em:

<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/trabalho07.htm>. Acesso em: 28 mar. 2009.

[11]PEREIRA, Jocemara Melo. Nove anos de Educação Fundamental: acompanhamento o processo de implantação em um município de Santa Catarina. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO –ANPED, 30^o, 2007. Pôster. Disponível em:
<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/index.htm>. Acesso em: 22 mar. 2009.

[12]SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPINAS. Notícias da educação. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/smenet/>. Último acesso em: 10 mai. 2009.

[13]SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPINAS. Organização do Trabalho Didático. 2006. Disponível em:
<http://www.campinas.sp.gov.br/smenet/destaque/Trabalhodidatico.htm>. Último acesso em: 15 mai. 2009.

[14]SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPINAS. Conselhos Gestor de Avaliação. Disponível em:
http://www.campinas.sp.gov.br/smenet/conselhos/conselhogestoravaliacao/conselho_avaliacao.htm. Último acesso em: 15 mai. 2009.

[15]PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Diário Oficial do Município. Disponível em:
<http://www.campinas.sp.gov.br/diario/>. Último acesso em: 20 mai. 2009.

[16]RODRIGUES, Marilce da Costa Campos. A integração curricular na prática pedagógica dos docentes dos anos iniciais em uma escola organizada em ciclos de formação humana. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPED, 30^o, 2007. Pôster. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/index.htm>. Acesso em: 22 mar. 2009.

[17]SOUZA, Maria Inês Salgado de. Afinal, Existe um Currículo Democrático?. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO –ANPED, 31^o, 2008. Trabalho. Disponível em:
<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/trabalho07.htm>. Acesso em: 28 mar. 2009.

[18]VILLAS BOAS, B.M.F. A Avaliação no Bloco Inicial de Alfabetização no Df. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO –ANPED, 29^o, 2006. Trabalho. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/29portal.htm>. Acesso em: 22 mar. 2009.